
**FUNÇÃO AUTOR E POLÍTICA DE SILÊNCIO EM EDITORIAIS DA REVISTA
ISTOÉ**

Neilton Farias Lins (UFAL/IFAL)
Sóstenes Ericson Vicente da Silva (UFAL)

Resumo: Este artigo trata da função autor e sua relação com uma política de silêncio em editoriais das revistas ISTOÉ¹. O recorte temporal se volta ao período pré-eleições presidenciais de 2018 e 2022, pondo em perspectiva as noções de esquecimento (Pêcheux, 1997) e de silêncio (Orlandi, 1992). Vincula-se a uma tese de doutoramento que versa sobre implícitos e silenciamentos em capas das revistas ISTOÉ e VEJA, selecionados em razão da sua maior circulação no país. Sob a ancoragem da Análise materialista do Discurso, são mobilizadas as categorias condições de produção, formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso, a partir das quais se pretende analisar o funcionamento da ideologia na função autor em editoriais e sua relação com uma política de silêncio, enquanto efeito de sentido. Em notas prévias, damos a ver que pela filiação ideológica os editoriais materializam uma política de silêncio que possibilita, como o próprio de uma formação discursiva, “o que pode e deve ser dito”, nos termos definidos por Pêcheux (1997). Desse modo, acontecimentos históricos são ressignificados para produzir determinados efeitos de sentido, e não outros.

Palavras-Chaves: Ideologia. Editoriais. Efeitos de sentido. Silenciamento.

**AUTHOR AND POLICY FUNCTION OF SILENCE IN EDITORIALS OF ISTOÉ
MAGAZINE**

Abstract: This article deals with the author function and its relationship with a policy of silence in editorials of the magazines ISTOÉ. The temporal clipping turns to the 2018 and 2022 presidential pre-elections period, putting the notions of oblivion in perspective (Pêcheux, 1997) and silence (Orlandi, 1992). It is linked to a doctoral thesis that deals with implicit and silences on the ISTOÉ and See covers, selected due to its greater circulation in the country. Under the anchorage of the materialistic analysis of discourse, the categories conditions of production, discursive formation, ideological formation and interdiscourse are mobilized, from which it is intended to analyze the functioning of ideology in the author function in editorials and its relationship with a policy of silence, as a sense of meaning. In previous notes, we see that by ideological affiliation editorials materialize a policy of silence that enables, such as the very discursive formation, “what can and should be said”, as defined by Pêcheux (1997). Thus, historical events are ressignified to produce certain effects of meaning, not others.

Keywords: Ideology. Editorials. Meaning effects. Silence.

¹ O uso das letras em caixa-alta para os nomes das revistas é para evitar que se confunda com o verbo “ver”, no modo subjuntivo e 3ª pessoa do singular e a expressão “isto é”.

INTRODUÇÃO

Este trabalho retoma a relação constitutiva entre sujeito e autor, mobilizando dispositivos teórico-metodológicos da Análise do Discurso materialista, e para tanto voltamos o nosso interesse ao editorial da revista ISTOÉ. O recorte temporal se volta ao período pré-eleições presidenciais de 2018 e 2022, pondo em perspectiva, dentre outras, as noções de esquecimento (Pêcheux, 1997) e de silêncio (Orlandi, 1992). Temos por objetivo analisar o funcionamento da ideologia na função autor em editoriais e sua relação com uma política de silêncio, enquanto efeito de sentido.

1 A FUNÇÃO-AUTOR NA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA

Com base em Orlandi (2012, p. 73), consideramos que a relação entre texto e discurso “tem uma sua contraparte na que fazemos entre autor e sujeito”, assim como há uma relação entre o sujeito e o discurso ao qual se identifica. Desse modo, igualmente se constrói a relação intrínseca entre autor e o texto, reverberando os efeitos de sentido materializados no/pelo texto.

Para essa autora, o discurso é compreendido como efeito de sentido entre locutores, em relação ao texto, a mesma estudiosa define como uma “unidade que podemos, empiricamente, representar como tendo começo, meio e fim, uma superfície linguística fechada nela mesma” (Orlandi, 2012, p.73). Enquanto o sujeito se constitui como resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia, o autor “é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito” (idem, 2012, p.73).

Orlandi (2012) considera que o sujeito é um todo e que o autor é uma parte desse todo, que se totaliza na constituição de uma unidade a partir do texto, por ser o texto “o lugar da unidade”, lugar em que o autor é identificado como autor. Nesse aspecto, não há como pensar a função autor dissociada do sujeito, muito menos do texto, por ser o “lugar da unidade”. Desse modo, a função autor em uma função do sujeito do discurso, essa função de autoria vinculada ao sujeito constrói outras funções discursivas na constituição do sujeito, a exemplos das funções enunciativas, as quais foram definidas por Ducrot (1984), como locutor e enunciador, tendo em conta que o “locutor representa ‘eu’ no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse ‘eu’ constrói”.

A noção de “lugar de unidade”, trazida por Orlandi (2012, p.75), é retomada por essa mesma autora, compreendendo o autor “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência”. Porém, fundamentada em Foucault (1971), Orlandi (2012) discorre que tal unidade ou agrupamento não pode ser considerado livremente para todo texto e/ou que todo texto se agrupa a um determinado autor, isso porque, segundo ela (Orlandi, 2012, p. 74), “há processos internos de controle do discurso que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso”. Porque segundo a autora, apoiada no dizer de Foucault (1971), há produções discursivas, a exemplo de conversas, receitas, decretos, contratos, que precisam de quem os assine, mas, não de autores.

Essa noção proposta por Foucault (1971) se contrapõe a concepção de que, segundo Orlandi (2012, p. 75) “um texto pode até não ter um autor específico, mas pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele”, daí corroborar com o pensamento de que se trata de considerar o autor como uma função variável e complexa do discurso, e não a partir da evidência imediata de sua existência individual ou social. Nesse aspecto, não é compreender a autoria como evidência apenas do texto de forma empírica e que, necessariamente alguém que produz um determinado texto é o autor deste, por exemplo, poderíamos exemplificar os memorandos, circulares, ofícios, dentre outros documentos em repartições públicas, bem como as produções dos meios publicitários. Embora tais textos sejam produzidos por funcionários desses ambientes de trabalhos, os textos neles circulados não os pertencem.

Nesse aspecto, a que se diferenciar o autor e o sujeito do discurso, uma vez que aquele é apenas uma parte desse, e que pode escrever um texto que coerentemente reproduz efeitos de sentido do sujeito do discurso a que a função autor se inscreve. Entretanto, para tornar possível essa separação, é preciso levar em consideração o efeito da individualização. Daí a necessidade de nos apropriarmos do conceito de locutor e enunciador proposta por Ducrot (1984), porque, enquanto o locutor se representa como o “eu”, o enunciador a perspectiva que esse “eu” assume diante do texto. Essa função discursiva do autor, se constitui na função que esse autor, o eu, assume na produção do texto, afetada pela exigência de coerência², não contradição e responsabilidade. Disso deduz que, a função-autor está mais dimensionada pelo nível enunciativo, na relação estabelecida pelo sujeito tem com sua formulação, com a

² Cabe destacar que a noção de coerência não pode ser compreendida como um dos fatores da textualidade, vinculado à Linguística de Texto, mas corresponde à coerência discursiva, ou entre textos e/ou entre discursos de um respectivo autor.

tentativa de controle da articulação do texto, por fim, com o imaginário significado de singularidade, não contradição e autenticidade do texto (e do sujeito).

Além desse aspecto, convém ressaltar que a função de autoria é relativamente mais afetada socialmente do que o sujeito do discurso, no processo de individualização do autor, visto que, o autor se submete às ações coercitivas da instituição a que ele representa em seus discursos. Se pensarmos, por exemplo, no texto produzido em uma revista, e ainda, de forma delimitada, pensarmos no papel do editor ou do editorial da matéria vinculada à essa revista, esse profissional se submete aos procedimentos disciplinares definidos pela instituição, o texto reproduzirá um discurso coerente com os ideais da instituição.

Por tudo isso, é possível corroborar com o que a literatura da AD tem definido - que o sujeito do discurso assume uma condição opaca - esse discurso por sua vez não é transparente, já o texto tem com primazia ser coerente, logo, não-contraditório, isso de certa forma gera uma identificação autoral, essa visibilidade por sua vez, permite a origem daquilo que foi dito. Todo esse processo de identificação de texto e autor não se dá da mesma forma quando a análise é feita com relação ao sujeito e ao discurso, devido à opacidade e à não-transparência do discurso, tal procedimento, por sua vez, favorece no processo de individualização do autor.

Orlandi (2007, p. 70) explica que “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer”. Uma vez que para essa autora, esse sujeito “assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo” (p.70). Nesse aspecto, não basta apenas que o autor produza um texto, convém que esse texto concretize um determinado discurso. Logo, mais do que ser apenas a origem do texto, já que, o conceito da função-autor para a autora se realiza na representação que aquele que produz um determinado texto, se coloque na condição da origem do dizer, “produzindo um texto como unidade, coerência, progressão e não-contradição” – (Orlandi, 2017, p. 69).

É preciso que o texto escrito reproduza efeitos de sentido ideologicamente, para a constituição do sujeito do discurso, isto é, produza “um evento interpretativo” e reproduza um discurso, não apenas se limite à repetição empírica e formal. Ao considerarmos, por exemplo, as teorias propostas pela Análise materialista do Discurso, para que um sujeito se torne autor de seu texto não é necessário que o texto produzido tenha caráter de originalidade discursiva, mas convém que o texto produzido demonstre condições materiais de produzir uma

interpretação, ao se filiar a uma rede de sentidos legitimados e constituídos historicamente, com “unidade, coerência, progressão e não-contradição” em relação a outros textos do mesmo autor, essa característica é muito comum nos textos dos editoriais de revistas.

Daí a necessidade de entender que enquanto autor se restringe a repetição empírica, que é o uso de eventos identificados em sua memória (mnemonicamente) e a repetição formal, que é mera repetição de frases prontas, uma e outra repetição não é capaz de historicizar o fato. Nesse sentido, sujeito do discurso reproduz ou se posiciona em uma repetição histórica e inscreve o dizer naquilo que se repete enquanto memória discursiva e constitutiva, vinculando-o ao interdiscurso, esse faz com que o dito possa significar, ou ainda, aquilo que não foi dito ou silenciado deixe de significar ou signifique de outro modo, ou ainda, signifique do modo que se quis significar, mas signifique, sem que, o dito deixe evidência do que se quis significar. Esse jogo simbólico da linguagem não se prende ao dizer do autor, pois ele não consegue dar conta dessa construção de jogo de sentido, se por um lado isso acontece, daí em diante não se fala mais na função-autor, mas de um sujeito do discurso.

Um fato importante quando traçamos ou tentamos estabelecer um limite distintivo para a função-autor e a noção de sujeito é que o aspecto histórico da concepção ou noção de sujeito ou forma de sujeito, segundo Orlandi (2007, p. 71), pode favorecer na melhor compreensão do que se tem tratado como silenciamento, na chamada função-autor, isso por considerar, além de atentar para ideia de opacidade da língua e a incompletude constitutiva da linguagem, e devido essa incompletude linguística, a linguagem é o lugar em que os sentidos se realizam, ou o lugar do possível, ou “condição do movimento dos sentidos e dos sujeitos” (Orlandi, 2012, p. 48). E é exatamente nessa incompletude da linguagem que inscrevemos o lugar do silêncio ou do silenciamento.

Já se tornou conhecida a proposição de que, para uma palavra poder representar simbolicamente ou produzir efeitos de sentido desejados, convém que essa palavra, na sua essência já seja portadora de determinado sentido, ao percorrer esse caminho discursivo, esse sentido mobiliza a memória discursiva, que por sua vez mobiliza o interdiscurso. Isso dá sustentação às formulações já esquecidas, possibilitando ao analista perceber a história do sentido que a respectiva palavra se propôs a representar.

Diferente da noção de “circuito da fala” proposta por Saussure (2021), que aponta para a impossibilidade de acessarmos o todo da língua à medida que para cada sujeito falante há um “tesouro” linguístico próprio, consideramos que a fala é resultado dessas formulações já

esquecidas ou, como menciona Orlandi (2007), efeito de sustentação do já dito. Daí a concepção de que, mesmo que o autor identifique como sendo a origem de um dizer, isso se constitui a ilusão de que esse dizer tem uma origem, uma história, e um sentido por ele proposto, essa ilusão da origem do dizer, nos faz esquecer determinadas formulações, que por sua vez são silenciadas, ainda dessa ilusão da origem do dizer produz um deslocamento do sentido para filiações históricas, projetando de certa forma um novo sentido. A partir da função-autor, o sujeito constrói margens imaginárias e cria fechos para o que diz ou para o que escreve.

Partindo dessa compreensão, é possível observar que o sujeito na produção do editorial de uma revista, que circula semanalmente, é levado a dizer ou dizer-se a origem do dizer, para tanto, constrói uma unidade textual, por meio de um movimento de relação com o leitor. Possibilitando que o legente, possa pensar, comentar, perguntar, produzir e mobilizar um sentido posto, embora, essa ilusão de antecipação de um sentido já-lá, (a ilusão de transparência da linguagem) se contrapõe ao que na perspectiva do discurso tem sido amplamente difundido, quando se trata de sentidos outros que capazes de serem mobilizados em um determinado discurso.

Considerando as contribuições propostas pelo materialismo histórico no que se refere à superestrutura ideológica conectado ao modo de produção, ao se realizar um novo deslocamento, Pêcheux (1997) mostra o quanto importante é o papel que se atribui à representação ideológica no processo do aprisionamento de sentidos. Ao tratar da noção de “condições de produção”, o autor aponta que o discurso se constitui efeito de sentidos entre sujeitos envolvidos no processo discursivo. Dessa forma, tem-se que o sujeito (autor) não está livre para escolhas estabelecidas, uma vez que dizer será afetado por este “já lá”, que Pêcheux chamou de interdiscurso ou “o todo complexo com dominante das formações discursivas” (Pêcheux, 1997, p. 162).

2 FUNÇÃO-AUTOR, ESQUECIMENTO E POLÍTICA DO SILENCIAMENTO

Apesar da importância da posição sujeito na função-autor no que se refere ao seu papel circulação de determinados sentidos no processo de criação do texto e na tentativa de controle de efeitos de sentido, exatamente por se colocar como a origem de um sentido e o controle ou aprisionamento, diria, tentativa de aprisionar outros sentidos, dá-se em algumas situações, que

essa função-autor ou posição do sujeito silencia vozes ou pontos de vista que não estejam de acordo com a perspectiva do autor.

Essa política de silenciamento acontece por meio de diferentes traços característicos, primeiros, por pura da omissão de informações por parte do autor, exclusão de vozes, perspectivas ou ideias que se contrapõe ao que o autor se propõe a transmitir. Nesses casos, é muito comum acontecer em textos produzidos por editores de revistas, principalmente as de grande circulação, as quais por vezes reproduzem uma posição política ou ideológica desse editor.

Conforme Orlandi (1996, p. 97), “o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação”, que se dá devido “o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível” (Orlandi, 1996, p. 18). Se colocar condição de ser interpretado ou ser autor, o sujeito relaciona-se com o mundo por meio da linguagem. Em uma perspectiva lacaniana, o autor tenta atingir a completude com a língua e, nesse processo, o sujeito-autor se torna, ele mesmo, significante. Todavia, interessa considerar que “o sujeito é interpretação, fazendo significar, ele significa” e “autoria [...] constrói e é construída pela interpretação” (Orlandi, 2001, p. 22).

Em se tratando do processo de autoria, podemos inferir que este, move-se entre aquilo que é dito e o que é silenciado. Já se tornou conhecida a concepção de que ao dizer, conforme Orlandi (2007), o sujeito-autor silencia outros dizeres possíveis. Assim sendo, “conduzir uma escrita depende, sim, de um olhar, [...] o reconhecimento ou esquecimento depende do trabalho de um sujeito-autor” (Schons, 2005, p. 146).

O reconhecimento (dito) e o esquecimento/silenciado (silêncio) manifestam como si dá o funcionamento dos mecanismos de controle dos efeitos de sentido em um ou vários discursos. Conforme Foucault, todo discurso é produzido mediante mecanismos que o controlam e o limitam. Dentre esses mecanismos de controle, Orlandi (2007) destaca o silêncio em todas as suas manifestações, tais como, silêncio fundante, política de silêncio em suas subdivisões, silêncio constitutivo e silêncio local.

Nessa perspectiva, a autoria colige e fixa discurso ou efeitos de sentido de um discurso, conferindo-lhe para tanto, unidade e “originalidade”, reconhecendo-se como “origem do dizer” (esquecimento 1), que é estabelecido pelo ato de assinar ou identificação de que aquele texto lhe pertence. Nesse aspecto, ao se revelar autor, o sujeito na função-autor se constitui o responsável pelo dizer, portanto, responde por isso e ainda, submete-se ao jogo de

reconhecimento e esquecimento.

De acordo com Orlandi (2007, p.74), a posição-sujeito se define como a relação de identificação, desidentificação e contraidentificação do sujeito em relação a um discurso. Há de se ponderar, então, as condições de produção do discurso na materialidade discursiva nas quais o sujeito do discurso está inserido, tendo em conta as condições constitutivas de acontecimentos enunciativos³ e de acontecimentos discursivos⁴ na relação de identificação, desidentificação e contraidentificação sujeito discursivo.

Para Pêcheux (1997), a forma-sujeito, ou seja, o sujeito do saber de uma formação discursiva preenche o lugar (vazio) do sujeito, que não é, portanto, vazio. Dessa maneira, é por meio da forma-sujeito que o sujeito se inscreve numa dada formação discursiva, aqui entendida “como ‘o que pode e deve ser dito’ a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes (Pêcheux, 1997, p.102). Desse modo, o sujeito se inscreve no lugar onde circulam os saberes constituídos de uma formação discursiva, e a partir dela ao interdiscurso. Para Pêcheux (1997), esse sujeito “é interpelado - constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a “norma” identificadora” (p.159), tendo em conta que

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., **evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados** ((Pêcheux, 1997, p.160) Grifo nosso).

Neste trabalho, selecionamos enunciados de editorial da revista ISTOÉ, publicados em 20 de abril de 2021, considerando a aproximação do período eleitoral e o nosso interesse no discurso político no cenário brasileiro. Para tanto, mobilizamos a noção de recorte (doravante R) proposta por Orlandi (2012, p. 64), ao afirmar que “a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos”. Ainda assim, o recorte não é apenas produto de uma interlocução discursiva, mas “compreende também um contexto mais amplo, que é o da ideologia” (Orlandi, 2008, p. 22), cabendo destacar que “esse todo em

³ Dela-Silva (2008, p. 17) afirma que “acontecimento discursivo não está relacionado, como os acontecimentos histórico e jornalístico, a um referente, à ocorrência ou existência de um fato material no mundo”.

⁴ Com base em Pêcheux (1990), Indursky (2008, p. 09) considera que o acontecimento discursivo “[...] se institui no exato momento em que o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um novo domínio de saber, que está em processo de constituição”.

que se constitui o texto é de natureza incompleta” (Orlandi, 2002, p. 22).

R1

O golpismo está no ar. Sorrateiramente, em tática de guerra, esgueirando-se no campo minado de pressões ao seu governo, com rearranjo abrupto de tropa e montando estratégias de emboscada que nada sinalizam de corriqueiras, o capitão prepara-se para a sua batalha particular. Está

Fonte: ISTOÉ de 20/04/2021.

No Recorte acima, embora o sujeito-autor esteja tratando do domínio político, mobiliza outros elementos de saber da guerra, demonstrando que “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológica” aponta (Orlandi, 2007, p.39), ou seja, aponta para o interdiscurso. Nesse sentido, consideremos os termos “tática”, “esgueirando”, “campo minado”, “rearranjo abrupto de tropa”, “montando estratégias de emboscada”, “capitão” e “batalha”, todos esses termos são do domínio discursivo guerra, entretanto, o autor mobiliza tais termos na produção de outros efeitos de sentido, estes outros sentidos ou efeitos de sentidos que os termos produzem estão relacionados a formação discursiva a que o autor está inserido.

O editor mobiliza tais termos na produção de outros efeitos de sentido, estes outros sentidos ou efeitos de sentidos que os termos produzem estão relacionados à formação discursiva a que o autor está inserido, isso porque, a AD considera que o sentido não existe em si, não está posto, mas é produto das posições ideológicas que o editor se inscreve que estão de certa forma colocadas em jogo no processo sócio-histórico, a partir do instante de sua instalação no texto/discurso. Nesse aspecto, há que se compreender que as mudanças de sentido das palavras partem sempre do seu emprego ou da formação ideológica do autor/sujeito. Segundo Orlandi (1985, p. 21), “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada) determina o que pode e deve ser dito”, conforme podemos analisar a partir do Recorte abaixo:

R2



O AUTOGOLPE DE UM CAPITÃO



O gompismo está no ar. Sorrateiramente, em tática de guerra, esgueirando-se no campo minado de pressões ao seu governo, com rearranjo abrupto de tropa e montando estratégias de emboscada que nada sinalizam de corriqueiras, o capitão prepara-se para a sua batalha particular. Está

Fonte: ISTOÉ de 20/04/2021.

Há uma profunda relação entre o dito, o não dito e o silenciado nos enunciados presentes na capa, no título de editorial e, sequência em análise, bem como a construção semiótica da capa e da imagem do editorial. Verifiquemos primeiro as imagens, na primeira temos o perfil, embora não dito, mas sabe-se ser do Ex-presidente Bolsonaro, o qual é posto ao lado, de um possível comandante das forças armadas (doravante, poderá ser grafado FA), este por sua vez lhe presta continência, como símbolo de submissão das forças armadas a seu comandante supremo, até aqui tudo normal, por considerar que o ordenamento jurídico brasileiro, define que o chefe do poder executivo é o supremo comandante da FA, nesse aspecto, tal comandante lhe deve continência.

A segunda imagem há uma evolução desse discurso, posto que as imagens não estão mais separadas, ex-presidente e comandante da FA, mas a imagem do ex-presidente se sobrepõe a imagem do comandante, tornando-se uma imagem, um poder, colocando dessa forma que, aqui não há mais um e outro, mas o ex-mandatário assume essa posição, que outrora era ocupada por um general, agora Bolsonaro é posto com um civil/militar como o próprio comandante do exército. Civil porque aparece fardado com veste de um civil e na condição de civil, já militar, porque sobre sua cabeça está quepe do comandante que está por trás dele e por ser um ex-capitão ou capitão reformado do exército brasileiro.

Até aqui a análise contemplou apenas as questões semióticas. Em relação aos dizeres, verifiquemos que a capa do semanário traz a seguinte Lide – “Flerte com o GOLPE”, no Editorial a chamada é “O AUTOGOLPE DE UM CAPITÃO”. Quando confrontado com o dicionário, a palavra “Flerte” traz as seguintes conotações: namoro ligeiro, sem consequência, leve e inconsequente, *destituída de sentimentos profundos*, já a palavra “GOLPE”, é definido como: choque ou pancada produzidos por um corpo que, em movimento rápido, atinge outro com maior ou menor intensidade, e/ou ato ou gesto pelo qual alguém alcança ou tenta alcançar pessoa, animal ou coisa com um objeto contundente ou cortante, ainda assim,

acontecimento súbito e inesperado, não menos importante, *manobra desonesta, com o fim de enganar, prejudicar, roubar outrem*.

Embora reconheça a relação dos vários sentidos que os termos “Flerte” e “Golpe” podem produzir em nosso imaginário, o editor se atém aos sentidos que foram transcritos em itálicos, e é sobre esses que nos propomos a analisar. Considerando a conjuntura política a que o governo se instalara e todo seu discurso de cunho fascista e militarista, havia um clima, como ele mesmo falou, “pintou um clima”, havia um clima no ar de que o ex-mandatário assumiria não apenas o poder executivo, pois esse ele já o tinha, mas assumir o que na Teoria Geral do Direito do Estado, chama “poder de fato”, poder de fato é a força. Esse namorico *destituído de sentimentos profundos* que o Bolsonaro demonstrava, não era apenas, porque era “patriota”, mas, o intuito era apropriar-se desse poder para legitimar seu discurso entre aqueles que tinham o poder de agir por meio de uso da força bélica.

Para tanto, seria necessário que o ex-presidente fizesse uso da “*manobra desonesta, com o fim de enganar, prejudicar, roubar outrem*”, considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 2º, define que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Essa separação de poderes, define que eles devem existir e coexistir de forma independente e harmônica. A harmonia corresponde ao equilíbrio entre eles, logo, um não deve ser superior ao outro. Na medida que um desses poderes tem ao seu inteiro (uso como bem entender) dispor, essa harmonia é quebrada, por sopesar que as FA são consideradas o poder mediador.

Logo, tal manobra de assunção a esse poder seria, primeiramente desonesta, em termos jurídicos seria ilegal, desonesta seria ainda por indignidade. Segundo afim de enganar, visto que assumir tal poder era com intuito de enganar a todos para se perpetuar no poder e não ter quem o conteste, para enfim prejudicar e roubar ou usurpar os outros poderes, por fim, instalar novamente no Brasil a ditadura militar, para tanto, chegasse a conclusão que o ex-presidente precisaria dá um “AUTOGOLPE”, embora que a ideia de autogolpe não seja necessariamente nele, em seu poder, enquanto presidente, mas no regime que o instituiu, que foi a democracia.

Com objetivo de lograr êxito, o ex-presidente passa fazer uso de estratégia puramente militar conforme o editor, por meio de tática de guerra, escapando dos campos minados da política imposta a seu governo por meio das pressões sociais e da imprensa, para tanto, Bolsonaro monta uma equipe ministerial, que em sua grande maioria são militares, postos

com objetivos de travar uma constante guerra durante seu governo, isso pelo lugar ideológico que ocupa e seus discursos de cunho fascista.

Daí se constar os efeitos de sentido a partir da ilusão enunciativa de que ao longo do seu dizer se formam famílias parafrásticas com aquilo que ele poderia dizer, mas vai rejeitando para o não-dito, e que também constitui o seu dizer. Essa ilusão consoante Magalhães (2003, p. 82) cria a possibilidade do sujeito, antes considerado apenas como aprisionado ao determinismo ideológico, possa controlar o sentido do discurso, sendo, portanto, autor, ou pelo menos entendendo-se como dono de seu dizer e que o controla. Essa autora (ibidem, 2023, p. 84) corrobora ainda, com o entendimento de que o “o sujeito exerce as potencialidades da consciência para fazer as escolhas necessárias ao projeto de tornar seu discurso o mais claro possível”. Isso tornou-se evidente nas sequências discursiva analisadas.

3 DA FUNÇÃO-AUTOR À POSIÇÃO-SUJEITO NO DISCURSO NEOLIBERAL

A revista VEJA, edição de nº 2792, publicada em 08 de junho de 2022, traz uma chamada em sua capa, na qual aponta setas para a direita e para a esquerda, a primeira fazendo alusão ao setor privado, identificando que esse setor está à direita, enquanto o setor público está situado à esquerda, produzindo um efeito de sentido antagonista. O título diz “PRIVADO – PÚBLICO: O MELHOR CAMINHO”, estratégia usada pela revista como uma “terceira via” face às possibilidades orientadas por dois destinos antagônicos.

Aparentemente, o referido semanário deixa a cabo do leitor produzir sentido e/ou se identificar/contra-identificar/desidentificar ideologicamente com um discurso ou formação discursiva, embora haja um direcionamento para uma identificação com a posição-sujeito assumida pela revista, conforme observamos no subtítulo da matéria de capa:

R3



Fonte: VEJA 08/06/2022

A privatização da Eletrobras é um avanço, mas o país ainda precisa percorrer um longo caminho para se livrar do peso e da ineficiência das estatais

Ao enunciar o respectivo subtítulo, a revista se coloca ideologicamente de um lado da questão (do privado/da direita), ao defender que “A privatização da Eletrobras” é um avanço, sob o argumento de que é preciso “se livrar do peso e da ineficiência das estatais”. Tal posicionamento vai reverberar no artigo escrito pelo editor Vitor Irajá e pelo repórter Felipe Mendes, tendo em conta que Irajá se coloca como um dos autores do texto, o que confere ao texto uma condição de editorial, no artigo intitulado “VIRTUDES PRIVADAS”, do qual nos ocuparemos a seguir.

Para contextualizar o artigo, o editorial trata das privatizações anunciadas pelo governo Bolsonaro, mais especificamente, a da Eletrobras. O artigo inicia a discussão afirmando que “próximo ao apagar das luzes dos seus quatro anos de gestão, o governo de Jair Bolsonaro pode, enfim, vislumbrar sua primeira grande privatização, depois de muito prometer” (p. 43). Cabe destacar que a expressão “apagar das luzes” tem sido usada no meio esportivo como figura de linguagem, especialmente no futebol, quando um gol é marcado nos últimos instantes de uma partida, ocasião em que os narradores frequentemente utilizam essa expressão para enfatizar a dramaticidade do momento. Nesse sentido, a imagem do “apagar das luzes” evoca a ideia de que o tempo está se esgotando e que o jogo está chegando ao fim.

Em se tratando de um dos últimos atos do governo Bolsonaro, o “apagar das luzes” se inscreve no discurso neoliberal, ao representar um ato administrativo que evoca o início de um novo momento para a Eletrobras, agora, como uma empresa privada. Na perspectiva do editorial, o negócio renderá uma arrecadação financeira para o governo estimada “entre 30 bilhões e 36 bilhões de reais”. Entretanto, o mesmo editorial reconhece que, “com o governo

federal baixando a sua participação de 72% para 45% na empresa, o que pulverizará o seu controle”, o governo manterá participação nos lucros da empresa, mas deixará de ter controle sobre a estatal.

Posteriormente, no referido artigo da revista, lemos o seguinte trecho:

Faltando cerca de seis meses para o fim do mandato⁵ de Jair Bolsonaro, o governo terá de se esforçar substancialmente para conseguir avançar, de fato, em seus planos de desestatização. Como acontece com outras reformas de grande relevância, como a administrativa, a venda de empresas públicas enfrenta a resistência de políticos, servidores e organizações sindicais que se valem da ineficiência, do inchaço e de privilégios oferecidos — cargos públicos, em geral com alta remuneração, e orçamentos milionários, alvos fáceis de esquemas corruptos (VEJA n° 2792, 2022, p. 46).

Embora a matéria reconheça que o mandato do então presidente estava no final, o ato em tela iria refletir no governo seguinte, tendo em vista que Bolsonaro não se reelegeu (!). Para dar continuidade às implicações da privatização da Eletrobras, então, o novo governo precisará cumprir os termos do acordo, o que se alinha ao ideário neoliberal, especialmente no que diz respeito à redução do Estado e/ou do que chamam de “máquina pública”.

É por esta via que o receituário vai sendo apresentado, conforme realçamos no trecho citado anteriormente, em referência ao novo governo que “[...] terá de se esforçar substancialmente para conseguir avançar, de fato, em seus planos de desestatização”. Desse modo, são produzidos sentidos de identificação com os planos de privatização da referida estatal na perspectiva do discurso neoliberal, o que é corroborado pelo uso de diversos elementos de saber, como “outras reformas de grandes relevâncias”, “como a administrativa, vender as empresas públicas resolve problemas do tipo, “ineficiências das estatais”, “inchaço na “máquina pública”, “privilégios oferecidos”, “cargos públicos”, “alta remuneração”, e “orçamentos milionários”, “alvos fáceis de esquemas corruptos”. Contraditoriamente, tais elementos são considerados como argumentos utilizados por “políticos, servidores e organizações sindicais” na resistência à venda de empresas públicas.

Guilbert (2020, p. 22) define discurso neoliberal como:

“um conjunto de enunciados mais ou menos coerentes, que têm em comum a promoção de uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas. [...] Suas palavras-chave são "eficácia econômica", "rentabilidade financeira", "retorno sobre o investimento”

⁵ Nas citações extraídas do artigo citado, os grifos e itálicos aplicados à referência são nossos.

Esse autor (op.cit.2020, p. 30) ainda faz um paralelo entre a ideologia neoliberal e o discurso neoliberal, discorrendo que:

A ideologia neoliberal e o discurso neoliberal apoiam-se, portanto, no conceito de rentabilidade a curto prazo e no quadro matemático e econômico geral para produzir a tópica da eficácia, "eficácia, da qual ela se dá uma definição estreita e abstrata, identificando-a tacitamente à rentabilidade financeira".

Os elementos de saber citados são muito comuns à cartilha neoliberal, situando-se entre a assanha na redução do Estado e das políticas públicas. Enquanto mediação na relação entre a singularidade da privatização de empresas estatais e o avanço neoliberal no capitalismo contemporâneo, o discurso em análise põe em perspectiva um lugar de sujeito na revista e a função-autor, pelo funcionamento da relação função-autor e sujeito do discurso. Desse modo, em condições historicamente dadas, a particularidade do discurso se constitui na/pela filiação ideológica da função-autor do editorial a uma posição-sujeito de viés neoliberal.

Conforme Orlandi (2007, p. 70), “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer”. Desse modo, o sujeito “assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo”.

Ainda tratando do argumento a favor da desestatização de empresas pública, põe-se em funcionamento o trabalho da memória, situando historicamente o processo de privatização no Brasil no início dos anos 1990.

Programas de desestatização não são novidade no Brasil e o país *colecciona conquistas muito relevantes nesse aspecto. Entre 1991 e 2002, foram privatizadas 165 empresas públicas*, entre companhias sob responsabilidade da União, estados e municípios. Apenas durante o triênio de 1997 a 1999, correspondente à segunda metade do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil se desfez de 123 estatais. Os *ganhos alcançados são inegáveis. A Embraer, privatizada em dezembro de 1994, transformou-se em uma potência no competitivo mercado global de aviação civil e militar* e hoje se tornou *uma das pioneiras em pesquisas com foco no futuro do setor aéreo*, ao desenvolver protótipos de carros voadores (VEJA n° 2792, 2022, p. 46-47).

Ao apontar que os programas de desestatização não são algo novo no país, são mobilizados dizeres que possibilitam a produção de sentidos de um processo aceito e adotado em governos (de direita e esquerda, vide as setas trazidas no R3), conforme realçamos nos

excertos a seguir:

- o “país coleciona conquistas muito relevantes nesse aspecto”
- “Os ganhos alcançados são inegáveis”
- Com a privatização, a Embraer, “transformou-se em uma potência no competitivo mercado global de aviação civil e militar e hoje se tornou uma das pioneiras em pesquisas com foco no futuro do setor aéreo”

Todavia, ao tratar de “ganhos inegáveis”, são esquecidos outros dizeres⁶ e silenciados problemas tais como, desigualdade no acesso aos serviços prestados; perda de controle em setores estratégicos; impacto nos empregos formais; aumento de preços para o consumidor final; redução no investimento social por parte do setor público; possível desmonte de ativos públicos; dependência de capital estrangeiro; lucros concentrados e distribuição desigual de renda; falta de transparência e corrupção no processo de privatização e de condução de novos investimentos; deterioração de serviços públicos essenciais. Assim, cabe questionar: “ganhos inegáveis” para quem?

Por sua vez, em se tratando da Embraer, tem-se também um silenciamento de:

- perda de controle nacional estratégico, a qual gerou preocupações sobre a soberania nacional em áreas sensíveis como o controle do espaço aéreo;
- foco no lucro e redução de investimentos em pesquisa - sendo uma empresa privada movida pelo capital, e foco de interesse são os projetos lucrativos, e isso levou a redução de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de longo prazo em áreas que não geram retorno financeiro imediato;
- desigualdade de competição no mercado internacional – ao ser desestatizada, a Embraer foi posta no mercado global em condições de alta competição. Todavia, sendo privada, a empresa não dispõe do mesmo suporte estatal recebido pelas concorrentes de outros países (como a AIRBUS na Europa ou a BOEING, nos Estados Unidos da América - EUA), o que colocou a Embraer em desvantagem estratégica;
- interesses internacionais e vendas de tecnologia – há enormes preocupações sobre o controle estrangeiro de tecnologia nacional de ponta, o que corrobora a perda de controle nacional estratégico. Isso ficou notório na tentativa de fusão com a Boeing (cancelada em 2020) reforçando esse temor, uma vez que poderia resultar em uma transferência massiva de tecnologia nacional para fora do Brasil; e não menos importante,
- desindustrialização e emprego – a mudança de gestão e o foco voltado para eficiência econômica levou à desindustrialização em certas áreas, com impacto na redução de empregos de alta qualificação em regiões dependentes da Embraer. Embora a empresa tenha expandido globalmente, parte dessa expansão ocorreu fora do Brasil, sobretudo, com e para atender aos interesses do capital estrangeiro.

Avançando na argumentação em prol da privatização, a matéria destaca também o movimento empreendido pelo governo brasileiro em ocupar “áreas negligenciadas pelos

⁶ Esquecimento 2, na perspectiva de Pêcheux (2009).

investimentos privados. É quando nascem colossos como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobras, entre outros”. Na perspectiva do editorial, esse movimento tem características diferentes da Europa e dos EUA, uma vez que no Brasil, em determinado momento histórico, havia um “viés ideológico que acompanhou o movimento marcado fortemente por uma cultura anti-mercado”.

Assumindo posição contrária à tal perspectiva ideológica, os editores mencionam dizeres pronunciados pelo ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC): “cultura anti-mercado”, “protecionismo”, “mentalidade de que o mercado era mal”, “lucro pernicioso”, “estatais como fonte de problemas para os governos”, “gigantismo”, “ineficiência” e “livrar o Estado do peso de elefantes brancos”. Tais dizeres materializam o discurso neoliberal, conforme veremos a seguir:

Uma peculiaridade do modelo brasileiro foi o viés ideológico que acompanhou o movimento marcado fortemente por uma cultura anti-mercado, de desconfiança do lucro e de protecionismo. Não por acaso, a atuação do Estado em áreas estratégicas tornou-se uma questão de soberania nacional. “Por aqui desenvolveu-se uma mentalidade de que o mercado era mal, o lucro pernicioso. E isso em um momento em que no exterior as estatais já eram vistas como fonte de problemas para os governos, com seu gigantismo e ineficiência”, explica Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda. Poucos líderes mundiais personificaram a vontade política de livrar o Estado do peso de elefantes brancos como a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Em seu governo, entre 1979 e 1990, ela vendeu companhias de diversos setores, entre eles energia e comunicações, ainda que sob feroz resistência de sindicatos e rivais políticos (VEJA n° 2792, 2022, p. 47).

Na perspectiva dominante, de viés neoliberal, os legados relevantes do processo de desestatização decorrem, dentre outros aspectos, da transferência do controle dessas empresas, minimizando “os impactos sociais e maximizando as chances de sucesso futuro”. Desse modo, o editorial assume posição-sujeito, inscrevendo-se numa rede de sentidos legitimados e constituídos historicamente, com “unidade, coerência, progressão e não contradição” (Orlandi, 2007, p.70), em relação a outros textos assinados pelo mesmo autor, característica muito comum nos textos dos editoriais de revistas, conferindo um sentido de originalidade, enquanto pelo interdiscurso materializa as contradições constitutivas no funcionamento da memória.

UM EFEITO DE CONCLUSÃO

Como todo texto é um processo em construção, aqui trazemos algumas reflexões e contribuímos para a formulação de perguntas diante da inquietação que persiste. Isto porque as relações de sentido e os efeitos de sentido são sempre fluidos e instáveis, impossibilitando um fim em definitivo para um processo discurso que é histórico e ideológico.

Tendo em conta a “ilusão do autor” (Souza, 1999, p. 31), pomos em questão a sua plena autonomia sobre o dizer e o não dizer, uma vez que, em se tratando de editoriais por exemplo, estes devem estar alinhados às exigências e diretrizes estabelecidas pela política editorial da revista em questão. Desse modo, a posição do editor como autor é a de “fazer concessões” (identificar-se) para ser reconhecido como tal (um efeito de sentido), o que resulta em contradições: sua condição de autor só pode ser validada na medida em que ele é, pelo efeito do esquecimento 1, equivocadamente identificado como o sujeito empírico responsável pela criação de um texto específico, cujo significado esteja em conformidade com o contexto sociopolítico definido pela revista.

Assim, é importante ressaltar que os conceitos de autor e autoria estão entrelaçados no estilo narrativo por meio da interação entre intradiscorso, memória discursiva e formação discursiva. É por meio desse processo, tanto vertical (interdiscorso) quanto horizontalmente (intradiscorso), que surgem fissuras na estabilização do sentido, abrindo espaço não apenas para repetição e reprodução, mas também para transformação no movimento dos sentidos.

A autoria como um meio de legitimar discursos e a interpretação como uma abordagem, um ponto de vista (e não o único ponto de vista), estão intimamente relacionadas. É importante destacar que, durante o processo discursivo, a função-autor, o efeito-texto e o efeito-leitor são construídos simultaneamente, e essa relação produz determinados efeitos de sentido. Da escrita plural (no sentido do caráter heterogêneo do discurso materializado no texto), em termos da estrutura da superfície linguístico-discursiva, é preciso remeter ao acontecimento, que produz múltiplos sentidos, mas também dissipa outros por meio do silenciamento e do apagamento.

A materialidade histórica é o que constitui os sujeitos que, por meio de uma rede imaginária materializada no discurso e na língua, produzem sentido numa dada sociabilidade. Portanto, abordar a noção de autoria na Análise do Discurso materialista é trabalhar com uma rede de conceitos que atuam simultaneamente no processo de significação. É questionar,

sobretudo, a noção de sentido literal, bem como considerar a constituição material do sujeito no complexo da linguagem. É também assumir o desafio de ler e interpretar, tendo em perspectiva o caráter histórico e ideológico constitutivo da/na produção de sentidos, o que implica, de modo indissociável, uma relação com o efeito de autoria no discurso.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

DELA-SILVA, S. C. *Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira*. In: *Anais do IV SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*, 2008, p.1-6.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas/SP: Pontes, 1984.

FOUCAULT, M. O que é um autor? *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63o ano, no 3, julho-setembro de 1969, ps. 73-104. *Société Française de Philosophie*, 22 de fevereiro de 1971.

GUILBERT, T. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2020.

INDURSKY, F. *Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso*. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Org.). *Práticas Discursivas e Identitárias*. Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaios, 22).

MAGALHÃES, Belmira. O Sujeito do discurso: Um diálogo possível e necessário. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 73-90, 2003.

ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 9. ed. — 2012.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007a.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas/SP: Pontes, 2007b.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 3. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas/SP: Pontes, 2002

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

SCHONS, C. R. Escrita, efeito de memória e produção de sentidos. In: SCHONS, C. R.; RÖSING, T. M. K. (Org.). *Questões de escrita*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005. p. 138-156.

SOUZA, C. M. Autoridade e livro didático. In: CORACINI, M. J. (Org.) *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. Campinas/SP: Pontes, 1999. p. 27-43.